CASA DO POVO

60 ANOS!

Esse caderno especial "Casa do Povo 60 anos" é o resultado de um seminário organizado nos dias 23 e 24 de agosto de 2013 na Oficina Cultural Oswald de Andrade.
Mais de ano depois publicamos algumas das falas proferidas no seminário, assim como o relatório da oficina que encerrou o evento e visou responder à pergunta: o que queremos da Casa do Povo hoje?

Passado mais de um ano, esperamos que a volta do Nossa Voz no seu novo formato tenha conseguido atender algumas das expectativas levantadas na época, e que possamos medir quais demandas conseguimos cumprir e quais nos resta ainda realizar.

Foto: Arquivo ICTB/Casa do Povo

Programação completa do seminário:

Créditos

O seminário "Casa do Povo - 60 anos" foi organizado nos dias 23 e 24 de agosto de 2013 pelo Grupo Memória Casa do Povo. A coordenação ficou a cargo de Benjamin Seroussi e Lilian Starobinas. O comitê consultivo contou com a participação de Cristina Catalina Charnis, Daisy Perelmutter, Daniel Szafran, Gisele Kolber Kondi Hamadani e Rosara Frenk.

Dia 23
20h

Abertura de Marina Sendacz

Projeção do filme *Casa do Povo, 60 anos* dirigido por Marília Senlle em colaboração com Julia Feldens, Van Der, Sabrina Haick e Jean Carlos Corrêa.

Lugares de memória e consciência, com Renato Cymbalista.

Dia 24
9h às 11h

A Casa do Povo nas dinâmicas de um bairro de imigrantes, com Sarah Feldman, urbanista, Roney Cytrynowicz, historiador, e Marcos Ajzenberg, ativista e pesquisador.

11h30 às 13h

O Taib: do teatro iídiche às vanguardas teatrais, com Berta Waldman, pesquisadora, e Esthér Góes, atriz.

14h às 14h30

Visita guiada pela Casa do Povo

15h às 19h

Oficina de planejamento estratégico, coordenação Raquel Rolnik, urbanista.

O seminário "Casa do Povo - 60 anos" foi produzido pela Anamauê, realizado pela Casa do Povo e pela Oficina Cultural Oswald de Andrade e contou com o generoso patrocínio da Confederação Israelita do Brasil (Conib).

Coral Tradição

O Coral Tradição foi fundado em 1989 por associados da Casa do Povo. A ideia não era fundar apenas mais um coral, mas um grupo que cantasse somente na língua iídiche. Canções que faziam parte da memória daquelas pessoas, que eram cantadas por suas mães e avós que imigraram no Leste Europeu.

A música iídiche é tão antiga quanto o povo judeu. Existe desde os tempos bíblicos e vem sofrendo transformações devidas à influência dos povos e dos países onde existiam e existem comunidades judaicas.

O Coral Tradição canta em iídiche para dar continuidade e preservar essa herança cultural, que se por um lado é tão particular, por outro lado é bastante universal. O grupo é formado por amadores, alguns de origem judaica e outros não; dessa forma, os textos das músicas iídiche são transliterados para que todos, principalmente os que não sabem ler o alfabeto hebraico, possam entoar perfeitamente as palavras. São mais de cem partituras ensaiadas, e apresentadas aos mais diversos públicos. O repertório inclui desde as mais simples melodias *chassídicas* até peças mais elaboradas: a *Ode à Alegria* da 9ª Sinfonia de Beethoven com texto do poeta I. L. Peretz.

O coral foi regido por um curto período pelo maestro Jonas Cristensen, e em seguida e até os dias de hoje pela maestrina Hugueta Sendacz, que se dedica a manter a finalidade para a qual foi criado. Outra importante figura da trajetória do Coral Tradição é a professora d. Ilina Ortega, pianista que desde a fundação e por mais de uma década acompanhou o coral, tendo criado muitos dos arranjos.

O Coral Tradição já se apresentou em inúmeras entidades, escolas públicas, oficinas culturais, igrejas, parques e também em outras cidades. Foi também "personagem" de uma curta-me-tragem premiada *Algo em Comum*, e se apresentou duas vezes em Buenos Aires na AMIA, no ICUF e na entidade das Avós da Praça de Maio.

O Coral está aberto para inscrições e para todos aqueles que gostam de música.

Foto: Camila Picolo

Casa do Povo: uma história de 60 anos que inspira novos sonhos e projetos

Foto: Arquivo ICIB/Casa do Povo

O Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB), a Casa do Povo, tornou-se presente como lugar da memória judaica na cidade de São Paulo em diferentes eventos recentes no bairro e na própria instituição. Essas presenças encarnam marcas semelhantes de memória e apontam na mesma direção em relação à história do espaço. Não é coincidência que sejam esses, e não outros, os marcos a partir dos quais essa memória surge agora com tanta força, como se estas diferentes iniciativas captassem – e irradiassem – a intensidade do lugar de memória da Casa do Povo no Bom Retiro.

Um primeiro evento foi a peça *Bom Retiro 958 metros*, do grupo Teatro da Vertigem, em que o teatro Taib foi cenário e palco da cena final da peça, incluindo a calçada em frente ao prédio com os atores em uma caçamba. O teatro em ruínas e alguns papéis afixados na parede e distribuídos forneciam pistas do passado do teatro e da história do edifício e da Casa do Povo. Nessa presença, foi a imagem forte das ruínas de um teatro judaico que evocou o passado da instituição.

Outra presença foram as edições da Feira Tijuana, que aconteceram em 2013 e 2014, reunido dezenas de expositores e centenas de pessoas que ocuparam a Casa do Povo, como há muito não se via, e evocaram para os mais antigos os anos de atividades que lotavam as dependências do prédio. No segundo andar, em uma janela semiaberta, era possível ver a biblioteca iídiche do ICIB e suas estantes, dialogando em silêncio com o universo dos livros artísticos e artesanais, das recriações e resistências da cultura impressa.

A terceira presença, mais antiga, é o filme *O ano em que meus pais saíram de férias*, de Cao Hamburguer, que mostra, em uma cena, a Casa do Povo como centro de ativismo político de oposição e de resistência ao regime militar nos anos 1960 e 1970.

A quarta presença se dá ao lembrarmos que foi de um grupo de alunos da escola Scholem Aleichem que partiu na retomada e no renascimento da Casa do Povo. O Scholem, a historiadora e educadora Lilian Starobinas afirma no livro de história da escola, "buscava a disseminação dos ideais antifascistas e progressistas no cenário social brasileiro, por meio de uma educação pluralista e inovadora", muito diferente do ensino judaico hegemônico. E, como o livro mostra, deixou um registro de experiências educacionais que fertilizou inúmeros outros projetos e permanece hoje como uma referência das possibilidades nesse campo.

O que essas presenças e evocações têm em comum e o que elas trazem como memória e como história ao celebrarmos os 60 anos de fundação da Casa do Povo? Todas carregam marcas semelhantes e apontam na mesma e precisa direção, e não há nenhuma coincidência que sejam estas e não outras. Longe de evocarem apenas nostalgia e lembranças – nada de errado, claro – inspiram novos projetos e novas modalidades de criação e de inserção na cidade.

Primeiro, o teatro, o Taib e sua densa presença na cena teatral da cidade em diferentes épocas, mas também a associação com as ruínas dos anos 1930 e 1940. Foi a partir das ruínas da destruição do judaísmo da Europa Oriental na Segunda Guerra Mundial que esta Casa foi fundada: por imigrantes e sobreviventes, em memória dos judeus mortos no genocídio nazista e como homenagem à participação soviética na vitória dos Aliados. Mas a construção deste prédio não foi apenas a de um edifício para abrigar pessoas, atividades culturas e políticas que remetessem ao passado. Foi um projeto de, em memória dos mortos e das ruínas, seguir com as utopias e os planos de luta e de transformação social.

por Roney Cytrynowicz

A Casa do Povo não era uma "lápide" ou um monumento, por mais que lápides e monumentos sejam necessários para dar lugar à memória. É um "monumento vivo", expressão muito usada pelo próprio espaço e, com isso, se diferencia da maioria de iniciativas de memória do Holocausto encapsuladas em si mesmas e apenas voltadas ao passado, por mais que reconheçamos a singularidade do Holocausto e a necessidade central de lembrar dele. Nesta Casa, parte-se da necessidade da memória para abrir-se a outras causas e grupos, tornando, assim, a memória um ponto de partida e não apenas um ponto de chegada, em permanente troca e ressignificação.

Nos eventos do Dia do Holocausto e do Levante do Gueto de Varsóvia, celebração anual na Casa do Povo, a tônica era a resistência e os projetos políticos a ela associados. Lembrar dos mortos, do genocídio, do heroísmo dos combates antinazistas, mas lembrar também que os combatentes de Varsóvia eram em sua maioria militantes e tinham projetos sociais e políticos de transformação, judaicos, sionistas, poloneses, socialistas, universalistas, entre eles Mordechai Anielewicz, Janusz Korczak, Emanuel Ringelblum e tantos outros.

Esta Casa do Povo foi erguida também para perpetuar e recriar a cultura iídiche, sua língua, literatura, imprensa, música e teatro, não como nostalgia ou celebração de algo que havia morrido, mas continuidade viva, recriada em São Paulo e no Brasil. As companhias de teatro internacionais e locais e os editores e impressores de livros e jornais não estavam apenas reencenando ou reimprimindo textos e clichês antigos de baú, mas tornando viva uma cultura e encenando-a para o presente, ruínas benjaminianas com as quais se vive e se cria novos sonhos. Não é um iídiche nostálgico e curioso, vago sabor ou som distante, mas uma língua viva e com novas raízes em São Paulo, como mostram as inúmeras palavras e expressões criadas aqui.

Não, portanto, a evocação do iídiche como vaga lembrança nostálgica de uma "língua do shtetl" ou, depreciativamente, do gueto, mas uma língua que em metrópoles como Varsóvia ou Vilna era pilar de uma densa e extensa cultura urbana e laica, que tinha pilares como o YIVO. O iídiche era a língua falada pela maioria dos imigrantes que construíram a comunidade judaica em São Paulo a partir dos anos 1910. Foi só nos anos 1950 e mais fortemente nos 1960 que começou a transição, nas escolas, por exemplo, para o hebraico.

Dessas evocações tiramos várias marcas fortes e elas apontam sempre para a Casa do Povo como um lugar da memória da diversidade de projetos, da diversidade interna à própria comunidade, de bandeiras em que se inscreviam as palavras paz, internacionalismo, solidariedade, justiça, liberdade, igualdade; bandeiras de propostas pedagógicas renovadoras, de projetos que se perderam e dissiparam para a uniformização e a padronização que empobreceram a vida cultural, social e política judaica.

Foto: Arquivo ICIB/Casa do Povo

Quando isso aconteceu? A construção da instituição se concretizou, por intermédio de grupos presentes desde os anos 1920 de forma organizada, como o Clube da Juventude, depois Centro Cultura e Progresso, e outros movimentos e partidos de esquerda, como o Partido Comunista. A comunidade judaica, com suas instituições, já estava plenamente organizada e estabelecida no Bom Retiro nos anos 1910 e 1920, uma comunidade de imigrantes com suas instituições judaico-brasileiras. Os grupos de esquerda, incluindo depois os movimentos sionistas de esquerda, conviviam com seus conflitos específicos dentro da comunidade.

A década de 1950, em que a Casa do Povo foi fundada, coroando a presença desses grupos políticos e culturais, foi um período de mudanças significativas na comunidade judaica. Foram anos do pós-guerra, nos quais se deram a chegada de sobreviventes e, igualmente, de suas histórias e o conhecimento da extensão do Holocausto. Foram anos de novas ondas imigratórias para São Paulo, de fundação de entidades políticas que centralizaram a organização comunitária e também de fundação do Estado de Israel e do início de um processo de forte identificação com o Estado, que se acentuaria nos anos 1960. Devemos lembrar também da Guerra Fria e das cisões no interior da esquerda especialmente após 1956.

Podemos vislumbrar melhor algumas das transformações internas na comunidade judaica lembrando que foi o período em que novas instituições foram fundadas e que aos poucos ficaram para trás entidades como o clube Macabi e a Policlínica Linath Hatzedek, criados nos anos 1920. Enquanto essas eram instituições fundadas por imigrantes ligados ao Bom Retiro, onde foi a primeira sede do Macabi – depois transferido para a zona norte –, as novas instituições representavam um novo modelo de comunidade, que tinha outras aspirações sociais e geográficas na cidade tanto do ponto de vista interno da comunidade como de sua inserção maior. Na década de 1960 esse processo se acentuou com o início de uma grande mudança geográfica. Assim, o espaço foi fundado coroando um processo interno na comunidade de militância política e de memória do judaísmo europeu-oriental e do iídiche, homenageando a decisiva participação soviética na vitória Aliada na Segunda Guerra Mundial, mas ao mesmo tempo em um momento que as mudanças na comunidade local apontavam para outras direções. Com o regime militar este processo ganhou um outro rumo, também o de uma vida mais ensimesmada e voltada para dentro das instituições.

Assim, a Casa do Povo e tudo o que ela representava de continuidade viva de um judaísmo europeu oriental, do iídiche, das causas sociais e políticas, da inserção com as questões locais, e o modo de vida que a embasava, inclusive o pertencimento ao espaço do Bom Retiro, foi ganhando aos poucos uma marca de resistência e de projeto minoritário que se enfraqueceu muito nos anos 1980, até se tornar mais um lugar de memória do que um espaço com novos projetos. Com isso, paradoxalmente, os anos de ouro da Casa, entre 1950 e 1960 até meados dos 1970, foram vividos em uma época na qual a comunidade judaica tomou outro rumo.

Mesmo assim vale lembrar das manifestações do Movimento Amigos Brasileiros do Paz Agora ocorridas neste prédio na primeira metade dos anos 1980, baseadas na crítica à guerra do Líbano em 1982 e em prol do respeito aos direitos nacionais palestinos, atualização e ressignificação de outros embates políticos aqui travados. Ou seja, no início dos anos 1980, época de redemocratização no Brasil, a Casa do Povo era o lugar de referência para grandes encontros ou manifestações divergentes.

É um alento saber que o espaço hoje ressurge com novos projetos e inserções, em um bairro que é o território do multiculturalismo e do cosmopolitismo na cidade de São Paulo, pois renasce com as marcas que o caracterizaram sempre e em diálogo com outros grupos e com a cidade de São Paulo – de uma forma que é uma esperança para todos que se identificam e se remetem ao judaísmo com seus projetos seculares, inseridos nas causas atuais e sonhos ainda universalistas.

Isso é ainda mais interessante no Bom Retiro, território de produção diária de novas identidades imigrantes e paulistanas, onde a diferença não é apenas um discurso sobre a alteridade, para além do aspecto turístico do bairro. No Bom Retiro, a alteridade é uma produção cotidiana, como mostra a atual dinâmica de imigração e enraizamento coreano, boliviano, paraguaio e de outros grupos, também com seus desafios e enfrentamentos de um cotidiano duro no trabalho. Que neste espaço da Casa do Povo se reafirme um projeto judaico, e isso não é um exercício de nostalgia, mas de trabalho para o futuro. Um lugar da memória que representa e encarna as bases da construção de um novo projeto de futuro.

■

Roney Cytrynowicz é historiador, autor de *Guerra sem guerra: A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial* (Edusp) e de *Memória da Barbárie: A história do genocídio dos judeus na Segunda Guerra Mundial* (Edusp). Este texto foi apresentado em 2013 um evento de comemoração dos 60 anos de fundação do ICIB.

MEMÓRIA

O teatro iídiche em São Paulo

por Berta Waldman

Foto: Arquivo ICIB/Casa do Povo

Ao chegar ao Brasil, os judeus encontravam uma sociedade amplamente composta por imigrantes europeus. O trabalho servia a eles como ponto de fixação. Ao criarem uma rede de relações de apoio econômico mútuo, e de trabalho intelectual e de criação, os imigrantes judeus foram construindo as bases que os diferenciaram dos demais estrangeiros e também dos brasileiros. Ao reforçar os processos de reconstrução das raízes culturais judaicas através do empenho em manter um teatro iídiche, os imigrantes adquiriram a cidadania brasileira.

Em *Os Clubes dos 'Judeus Comunistas' de São Paulo*[1], Luiz Israel Febrot apresenta de forma organizada o percurso topográfico do teatro iídiche em São Paulo.

Febrot informa que o *Iuguent Club* iniciou suas atividades em meados dos anos 1920, sendo que sua fundação vincula-se diretamente à história da imigração dos judeus ao Brasil. Assim, seus associados eram todos jovens, vindos da Europa Oriental, morando, em geral, no Bom Retiro. Por isso, as sedes sociais dos clubes progressistas ficavam também nesse bairro, a exemplo do "Centro Cultura e Progresso", que a princípio ocupava um andar em um edifício na rua José Paulino, e que mais tarde, em 1953, tornou-se o Instituto Cultural Israelita Brasileiro – Casa do Povo, em 1953, com sede à rua Três Rios, 252.

Fazia parte da bagagem dos judeus imigrantes transplantar modelos europeus de organizações políticas que entravam na composição do acervo cultural do grupo, paralelamente às organizações socioculturais, religiosas, educacionais, filantrópicas que, desde meados do século XIX, vinham sendo desenvolvidas. Como alguns frequentadores do *Iuguent Club* tinham experiência teatral em seus países de origem, isso facilitou a criação do *Dram Kraiz* (Grupo Dramático) muito precocemente.

O idioma comum dos judeus *ashkenazitas* era o iídiche, usado no cotidiano, no registro e na divulgação das instituições comunitárias e como veículo do noticário nacional e internacional. A cultura iídiche tinha, então, uma função aglomeradora. A literatura era lida, discutida, comentada, e debatida. Esse era o idioma falado em casa, enquanto o português era, aos poucos, introduzido como segunda língua pelos filhos aqui nascidos dos imigrantes.

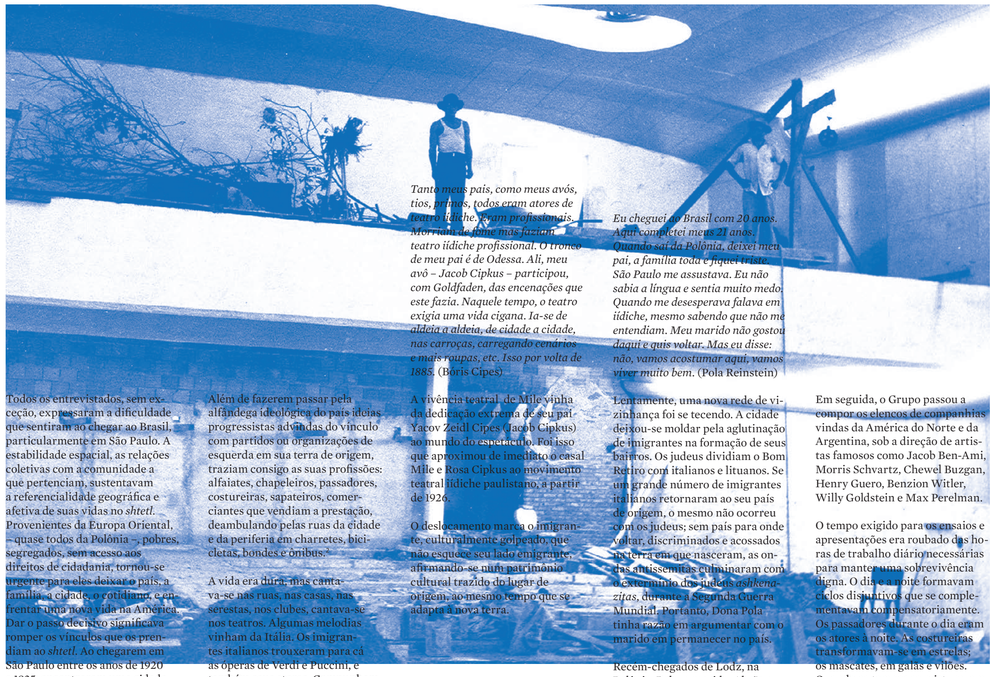


Foto: Arquivo ICIB/Casa do Povo

Tantos meus pais, como meus avós, tios, primos, todos eram atores de teatro iídiche, eram profissionais. Morando, dormia, mas fazia-se teatro iídiche profissional. O tronco de meu pai é de Odessa. Ali, meu avô – Jacob Cipkus – participou, com Goldfaden, das encenações que este fazia. Naquele tempo, o teatro exigia uma vida cigana. Ia-se de aldeia a aldeia, de cidade a cidade, nas carroças, carregando cenários e mais roupas, etc. Isso por volta de 1885. (Boris Cipes)

Eu cheguei ao Brasil com 20 anos. Aqui completei meus 21 anos! Quando saí da Polônia, deixei meu pai, a família toda e fiquei triste. São Paulo me assustava. Eu não sabia a língua e sentia muito medo. Quando me desesperava falava em iídiche, mesmo sabendo que não me entendiam. Meu marido não gostou daqui e quis voltar. Mas eu disse: não, vamos acostumar aqui, vamos viver muito bem. (Pola Reinstein)

Todos os entrevistados, sem exceção, expressaram a dificuldade que sentiram ao chegar ao Brasil, particularmente em São Paulo. A estabilidade espacial, as relações coletivas com a comunidade a que pertenciam, sustentavam a referencialidade geográfica e afetiva de suas vidas no *shtetl*. Provenientes da Europa Oriental, – quase todos da Polônia –, pobres, segregados, sem acesso aos direitos de cidadania, tornou-se urgente para eles deixar o país, a família, a cidade, o cotidiano, e enfrentar uma nova vida na América. Dar o passo decisivo significava romper os vínculos que os prendiam ao *shtetl*. Ao chegarem em São Paulo entre os anos de 1920 e 1935, encontraram uma cidade que se modernizava. Automóveis, bondes elétricos, ônibus, cinemas, oficinas e indústrias, anúncios luminosos e os primeiros grandes edifícios. Recursos provenientes do comércio do café e da industrialização recente desenhavam o perfil da cidade que ia se tornando cosmopolita num ritmo veloz, mas que ainda mantinha a feição tradicional assinalada por carroças puxadas a cavalo e pelos acendedores da companhia de gás. O fomento à indústria nascente deveu-se em grande parte à mão de obra advinda da imigração e aí estão incluídos os entrevistados.

Além de fazerem passar pela alfândega ideológica do país ideias progressistas advindas do vínculo com partidos ou organizações de esquerda em sua terra de origem, traziam consigo as suas profissões: alfaiates, chapeleiros, passadores, costureiras, sapateiros, comerciantes que vendiam a prestação, deambulando pelas ruas da cidade e da periferia em charretes, bicicletas, bondes e ônibus.[2]

A vida era dura, mas cantava-se nas ruas, nas casas, nas serestas, nos clubes, cantava-se nos teatros. Algumas melodias vinham da Itália. Os imigrantes italianos trouxeram para cá as óperas de Verdi e Puccini, e também seus atores. Compunham o teatro paulistano de então os *filodrammatici*, grupos amadores oriundos de diversas sociedades italianas. Tinham um repertório variado que ia de Paolo Giacometti às comédias de Goldoni. Após a Primeira Guerra Mundial, o teatro de revista[3] ganhou destaque no país. Teatro leve, a música, o canto e a dança contracenavam com um enredo descontínuo, tornando-o o mais fervilhante gênero nas primeiras décadas do século XX.

Embora, no âmbito judaico, antes dos anos 1920, tenha havido em São Paulo apresentações de cenas musicadas, espécie de operetas e pequenos atos em iídiche, o movimento teatral mais sistemático teve início com o *Iuguent Club*, ainda que antes dessa data, tenha havido o registro do desempenho teatral da família Cipkus.

A vivência teatral de Mile vinha da dedicação extrema de seu pai, Yacov Zeidl Cipes (Jacob Cipkus) ao mundo do espetáculo. Foi isso que aproximou de imediato o casal Mile e Rosa Cipkus ao movimento teatral iídiche paulistano, a partir de 1926.

O deslocamento marca o imigrante, culturalmente golpeado, que não esquece seu lado emigrante, afirmando-se num patrimônio cultural trazido do lugar de origem, ao mesmo tempo que se adapta à nova terra.

Lentamente, uma nova rede de vizinhança foi se tecendo. A cidade deixou-se moldar pela aglutinação de imigrantes na formação de seus bairros. Os judeus dividiam o Bom Retiro com italianos e lituanos. Se um grande número de imigrantes italianos retornaram ao seu país de origem, o mesmo não ocorreu com os judeus; sem país para onde voltar, discriminados e acossados na terra em que nasceram, as ondas antissemitas culminaram com a destruição dos judeus *ashkenazitas*, durante a Segunda Guerra Mundial. Portanto, Dona Pola tinha razão em argumentar com o marido em permanecer no país.

Recém-chegados de Lodz, na Polônia, Pola, o marido, Abrão e a filha Uguetta instalaram-se na rua Aimorés, no Bom Retiro. Ao mesmo tempo que iniciaram uma oficina de fabricação de bonés, buscaram um engajamento cultural associando-se ao *Iuguent Club*, onde já funcionava o *Dram Kraiz*, sob a direção de Rubin Hochberg. Dona Pola participou de dezesseste peças em São Paulo[4]. O grupo foi evoluindo com a adesão de novos artistas e a vinda de outros diretores, como Jacob Rotbaum, do Teatro Estatal Polonês. Peças de Scholem Aleihem, Bialik e Peretz faziam muito sucesso. As peças eram representadas em São Paulo e, depois, em Porto Alegre, Campinas, Curitiba, Santos e Rio de Janeiro, que também tinham seu grupo teatral.

Em seguida, o Grupo passou a compor os elencos de companhias vindas da América do Norte e da Argentina, sob a direção de artistas famosos como Jacob Ben-Ami, Morris Schvartz, Chewel Buzgan, Henry Guero, Benzion Witler, Willy Goldstein e Max Perelman.

O tempo exigido para os ensaios e apresentações era roubado das horas de trabalho diário necessárias para manter uma sobrevivência digna. O dia e a noite formavam ciclos distintivos que se complementavam compensatoriamente. Os passadores durante o dia eram os atores à noite. As costureiras transformavam-se em estrelas; os mascates, em galãs e vilões. Quando os tempos se misturavam, aconteciam pequenas catástrofes. Quantas vezes Mendel Stejnhaus viajou com o grupo teatral esquecendo de deixar a chave para sua mulher – dona Lola – abrir a lojinha no Bom Retiro?

O teatro funcionou como uma válvula de escape, um espaço liberado para redobrar sensações e impressões sabotadas pelo mundo do trabalho.

O Sonho de Golfadn, Teatro Municipal, 1948.

Foto: Arquivo ICIB/Casa do Povo

Eu morava num cortiço da rua da Graça. Para mim o cortiço era uma fonte de vida. A gente morava num quarto só. Tinha um corredor grande, as privadas, os banheiros ficavam no fundo e mais oito quartos. Cada família morava num quarto. Nós morávamos num quarto que era um palácio para mim. Eu me lembro que havia ali um baú de teatro. E tinhamos um grande armário onde se guardavam as roupas: fardas, botas, espadas, bengalas, máscaras, perucas, barbas. O cortiço era o cortiço, mas era também um palácio, um cometa, era tudo. (Bóris Cipes)

Vivia-se no Brasil um estado de recrudescimento político encabeçado pela ditadura de Getulio Vargas. Entre outras proibições, estava a de se falar qualquer língua estrangeira na rua. Publicações em outra língua também estavam proibidas. Ainda assim, escolas e organizações judaicas mantiveram seu idioma, driblando a proibição que tinha a ver com um conceito de nacionalidade mais autoritário e restritivo. À medida que a guerra aproximava-se do fim, a comunidade organizou-se para auxiliar os judeus na Europa, realizando campanhas de coleta de roupas, mantimentos, remédios e dinheiro, complementadas pela acolhida dos refugiados que, já em 1945, começaram a chegar ao Brasil.

Quando na URSS acontecia a Batalha de Stalingrado, marcando o fim da ofensiva nazista, na residência do casal Cecília e Henrique Golombek, à rua Ribeiro de Lima, um grupo de ativistas do Centro Cultura e Progresso decidia a criação da Casa do Povo. O donativo inicial, de 500 mil réis, foi de Manoel Casói: "quando os soviéticos entrarem em Berlim, dar-se-á início à campanha da Casa do Povo"[1].

Com a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha e do fascismo na Itália, ficou reforçado um modelo de antissemitismo escorado pelas teorias raciais europeias modernas que avalizavam a inferioridade da "raça" judia. É claro que todo esse ventilável político interferia na escolha das peças que eram representadas. Privilegiavam-se os temas de guerra, perseguições, separação, morte, discriminação, transformando a cena no lugar onde questões candentes eram atualizadas simbolicamente e, assim, refletidas e sentidas.

Muitos diretores tiveram a incumbência de conduzir o espetáculo teatral em iídiche, tendo com Iankev Rotbaum o seu ponto alto. Em 1948, foi a primeira vez que veio a São Paulo. Nessa ocasião, dirigiu *Der Goldfaden Hulem* (O Sonho de Goldfaden), uma coletânea de textos de Goldfaden e, no mesmo ano, *Dos Groisse Gevintch* (A Sorte Grande), de Sholem Aleihem. Na segunda vez esteve em São Paulo, em 1962, dirigiu *A Família Blank*, também de Sholem Aleihem. A peça foi ensaiada durante cem dias e levada a público dez vezes.

Entre as duas vindas de Rotbaum, ocorreu a fundação do ICIB, Instituto Cultural Israelita Brasileiro, a Casa do Povo. Estava previsto no projeto um teatro que, devido a dificuldades econômicas, só foi inaugurado em 1960 – o Taib. Os atores não tinham mais que batalhar por um espaço para representar suas peças. Porém, estavam envelhecendo e, por isso mesmo, diminuindo sua disponibilidade para o desempenho no teatro.

A essa altura, um grupo de jovens fez uma passagem pelo teatro iídiche, embora se concentrasse mais no teatro em língua portuguesa.

As condições favoreciam essa ponte. Se nós fossemos fechados num gueto, não poderia haver intercâmbio. Na segunda vez que Rotbaum veio a São Paulo, ele fez uma conferência no Teatro de Arena e, eu me lembro como se fosse hoje, o pessoal de teatro, o Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri, Juca de Oliveira, ficou encantado com ele. Foram quatro horas incríveis. (José Serber)

Esse grupo mais jovem composto de nomes vinculados à Casa do Povo, como Bóris Cipes, José Serber, Rafael Golombeck, Elias Gleiser, Ana Mauri, atingiu certa repercussão e aproximou-se do Teatro de Estudantes, onde estavam Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Viana Filho e, juntos, formaram o elenco do Teatro de Arena, nascido no Museu de Arte de São Paulo. Outros, foram para a televisão. É o caso de José Serber, Riva Nimitz e Elias Gleiser. Assim, do grupo do teatro iídiche, ramificaram-se subgrupos que integraram, e alguns ainda integram, o teatro e a TV no Brasil.
É um componente dessa geração que pondera sobre a geração de artistas anterior à sua:

Tinham o gabarito para serem grandes profissionais. Só não foram por força das circunstâncias. O fato de o iídiche ser uma língua de minoria e, pelo fato de serem progressistas, então, eram minoria da minoria. Já não se prestigiava tanto o iídiche porque o hebraico havia se tornado a língua nacional de Israel. O iídiche passa a representar uma coisa menor, uma subcultura. (José Serber)

Passados cerca de 45 anos da data de chegada a São Paulo, os atores envelhecido, foram deixando de representar. Ao mesmo tempo, os falantes do iídiche diminuíram, e não surgiu uma nova geração interessada em prosseguir o trabalho dos mais velhos. É claro que a interrupção desse teatro e o declínio do iídiche têm a ver com a integração dos judeus à sociedade brasileira. Mas vale a pena observar que o momento final coincide com o golpe militar desferido pela direita no Brasil em 1964. Nos anos entre 1964 e 1968 – ano de caça às bruxas, era temerário frequentar a Casa do Povo, porque esse era um espaço identificado com os progressistas – *o setor judaico* – como dizia, então, o coronel Erasmo Dias, quando se referia aos judeus comunistas. As prisões, o medo, a repressão física e moral, acabam por selar a redução drástica das atividades culturais da Casa do Povo e, entre elas, o teatro.

...Não tem explicação. As pessoas estudam inglês, francês, por que não estudam o iídiche? Iídiche tem menos valor? Como podemos fazer um teatro em iídiche se ninguém entende a língua? O que vai ser da literatura iídiche? Bibliotecas inteiras adormecidas... Por quê? Não tenho resposta para isso. (Pola Reinstein)

1 In *Boletim Informativo do Arquivo Histórico Brasileiro*, n. 28, (Ano VII, 2º quadrimestre 2003)

2 Há fortes indícios de que o comércio prestamista de bens de consumo para pessoas de baixa renda tenha sido introduzido no Brasil pelos mascates-imigrantes sírios, libaneses e judeus. Ver, a propósito, "Construindo um lugar ao sol: os judeus no Brasil", de Roberto Grün, em *Fazer a América* org. Boris Fausto, São Paulo, Edusp, 2000, pp. 353-381.

3 Entre os revisteiros paulistas, destacam-se Danton Vampré, com *São Paulo Futuro* e *A Pensão de dona Anna*, e Juó Bananère (Alexandre Ribeiro Marcondes) com *A Divina Incrença* e *Sustenta a Nota*, em parceria com Danton Vampré. Cf. *O Teatro de Revista no Brasil*, de Neyde Veneziano. Campinas, Editora da Unicamp & Pontes/ 1991.

4 De acordo com o levantamento apresentado na dissertação de mestrado de Esther Priszkulnik. *Ensaios de um Percurso: Estudos e Pesquisas de Teatro*, São Paulo, Perspectiva, 2013

5 Cf. Henrique Veltman, *A história dos judeus em São Paulo*, Rio de Janeiro, Instituto Arnaldo Niskier, 1994, p. 77.

Alameda Casa Branca 806, no elegante bairro dos Jardins em São Paulo: o contraverso memorial a Carlos Marighella, que foi assassinado nesse local em 1969.

Foto: Renato Cymbalista, 2011.

Foto: Toni Hermann

Lugares de Memória e Consciência:

reconhecer o passado, agir no presente, desafiar o futuro.

Renato Cymbalista

A Casa do Povo foi o primeiro monumento feito no Brasil em homenagem aos milhões de judeus assassinados pelos nazistas. Para os integrantes de uma comunidade ainda em grande parte recém-imigrada da Europa, a doação de um tijolo para a construção do edifício permitia aos doadores a materialização de parte do afeto devido a familiares e amigos desaparecidos na Europa sem deixar rastros. Talvez pelo ato de doação de tijolos permitir essa possibilidade, a comunidade judaica de São Paulo participou em massa, independente das filiações políticas.

Pouco mais de uma década após a inauguração do edifício, as paredes da Casa do Povo receberam mais uma camada de memórias difíceis: as lideranças foram consideradas subversivas e vigiadas pela ditadura, a escola Sholem foi colocada sob suspeita por seu recorte político de esquerda. O Taib consolidou-se nesse período como um dos principais polos culturais de resistência ao regime. A tradicional comemoração anual do Levante do Gueto de Varsóvia, que remetia à capacidade de resistência e luta dos judeus e dos oprimidos em geral, passou a ser interpretada também na chave da resistência à repressão que acontecia aqui e agora.

Assim, independente de seus atributos estéticos ou arquitetônicos, a Casa do Povo não é um edifício qualquer. É um lugar excepcional se levarmos em conta a quantidade de afetos, sonhos, lutas, expectativas, utopias – mas também suspeição, controle, disputas internas ferrenhas – que lá se alojaram durante décadas. Faz parte, portanto, de um seleto grupo de lugares que possuem significados especiais, não porque são especialmente belos, ou especialmente antigos, mas porque foram sede de acontecimentos especiais: um *Lugar de Memória e Consciência*. A "aura" que emana desses locais constitui oportunidade única de sensibilizar para a reflexão e o debate em torno de desafios que se expressaram nos diferentes períodos históricos, e também na contemporaneidade: a intolerância, a violência, os direitos das minorias.

Um lugar de memória e consciência é algo distinto de um monumento. Não é a materialização de um discurso ou memória em uma forma finalizada, mas suporte e veículo para a ação, evocando as lutas, dilemas e tragédias do passado para lidar com as questões do presente. É um espaço de educação. Uma experiencia de reflexão e de aprendizado que ocorre em um desses locais, é muito mais marcante do que seria caso as mesmas problemáticas fossem tratadas em uma sala de aula, ou em uma instituição cultural de moldes tradicionais.

As noções de memória e consciência oferecem ferramentas únicas para problematizar as próprias políticas de educação e de patrimônio histórico nas nossas alternativas às narrativas de construção de identidades nacionais, em parte desgastadas e até mesmo perigosas, que podem levar ao ufanismo e à xenofobia.

Abordo aqui a noção e alguns exemplos de lugares de memória e consciência, sem nenhuma presunção ao ineditismo. O conceito encontra-se amadurecido a ponto de existir uma rede internacional que une instituições desse tipo, a *Coalisão Internacional de sítios de Consciência* (www.sitesofconscience.org).

CADERNO ESPECIAL

Não sou especialmente afeito a representações do Brasil como um país atrasado. Mas, nesse caso, acho que faz bem admitir que estamos apenas engatinhando. Lugares de memórias difíceis, traumáticas ou em disputa são pouco explorados como tais – ao contrário, as arestas da memória são via de regra escamoteadas, limadas e polidas. Tomando como exemplo São Paulo, podemos perceber as muitas dificuldades de construção de ações e políticas de memorialização de lugares de consciência. A história começa a mudar, timidamente, na virada do século XXI. Provavelmente o lugar mais relevante é o antigo edifício do DEOPS. Foi construído em 1914 pelo arquiteto da moda da época, Ramos de Azevedo, para a Ferrovia Sorocabana. De 1940 a 1983, o edifício sediou o órgão público destinado ao controle e repressão de movimentos sociais e políticos de oposição ao governo. Tratou-se, portanto, de um dos mais emblemáticos edifícios da repressão do Estado brasileiro tanto no Estado Novo quanto na ditadura.

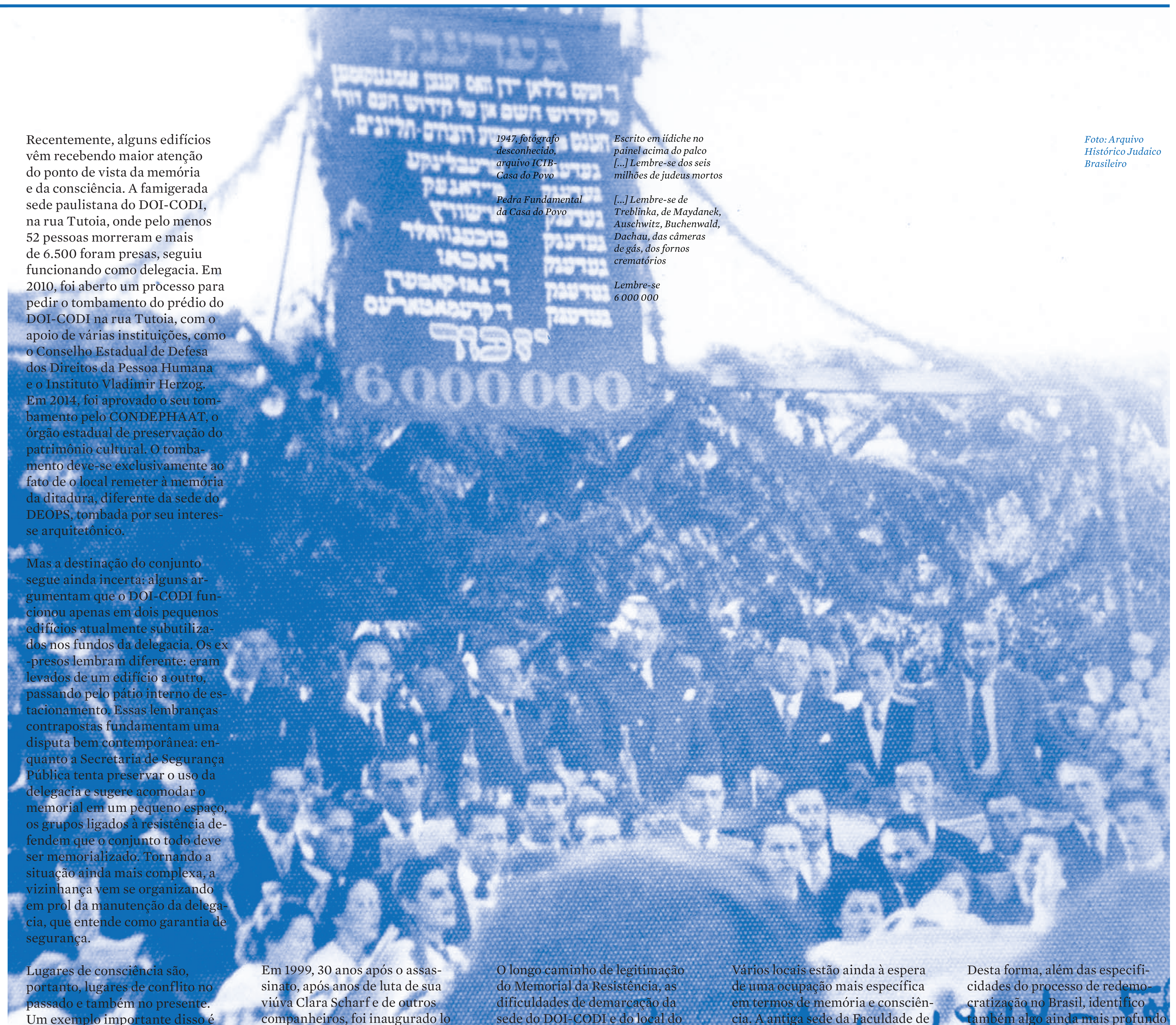
No período democrático, o edifício foi ocupado pela Delegacia do Consumidor (DECON) de 1983 a 1998, quando sua gestão foi transferido à Secretaria da Cultura. Em 1999 foi iniciada uma reforma, e em 2002 o edifício foi reinaugurado como Estação Pinacoteca, local de exposições de arte vinculado à Pinacoteca do Estado.

Ainda que as atividades repressivas tivessem ocorrido em todo o edifício, apenas parte de seu piso inferior – o piso dos cárceres – foi destinada à memorialização. Em 2002, o espaço foi inaugurado como Memorial da Liberdade, com projetos museológicos e institucionais praticamente inexistentes. A maior parte dos sinais físicos das celas e espaços de repressão foram apagados. Ficou claro que não se valorizaram naquele momento as memórias difíceis. O grande enfoque que recaiu sobre a arquitetura, o patrimônio ferroviário.

Tal desleixo revoltou de imediato a vários segmentos, e aquele projeto museográfico teve vida curta. A gestão do espaço, inicialmente a cargo do Arquivo do Estado de São Paulo, foi transferida à Pinacoteca do Estado. Em 2007, após um novo projeto museográfico, foi rebatizado como Memorial da Resistência. Naquele ano foi constituída uma equipe interdisciplinar que elaborou uma nova proposta de ocupação do lugar, que foi reinaugurado em 2008 com um projeto institucional de fôlego muito maior. Recentemente, o Memorial recebeu uma sala para exposições temporárias e prossegue amadurecendo a sua trajetória como instituição. Ainda assim, cabe notar que é possível visitar a Estação Pinacoteca sem sequer tomar conhecimento do passado do edifício como instituição de repressão, nesse sentido o Memorial da Resistência segue sendo um espaço periférico.

Recentemente, alguns edifícios vêm recebendo maior atenção do ponto de vista da memória e da consciência. A famigerada sede paulistana do DOI-CODI, na rua Tutoia, onde pelo menos 52 pessoas morreram e mais de 6.500 foram presas, seguiu funcionando como delegacia. Em 2010, foi aberto um processo para pedir o tombamento do prédio do DOI-CODI na rua Tutoia, com o apoio de várias instituições, como o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e o Instituto Vladimir Herzog. Em 2014, foi aprovado o seu tombamento pelo CONDEPHAAT, o órgão estadual de preservação do patrimônio cultural. O tombamento deve-se exclusivamente ao fato de o local remeter à memória da ditadura, diferente da sede do DEOPS, tombada por seu interesse arquitetônico.

Mas a destinação do conjunto segue ainda incerta: alguns argumentam que o DOI-CODI funcionou apenas em dois pequenos edifícios atualmente subutilizados nos fundos da delegacia. Os ex-presos lembram diferente: eram levados de um edifício a outro, passando pelo pátio interno de estacionamento. Essas lembranças contrapostas fundamentam uma disputa bem contemporânea: enquanto a Secretaria de Segurança Pública tenta preservar o uso da delegacia e sugere acomodar o memorial em um pequeno espaço, os grupos ligados à resistência defendem que o conjunto todo deve ser memorializado. Tornando a situação ainda mais complexa, a vizinhança vem se organizando em prol da manutenção da delegacia, que entende como garantia de segurança.



1947, fotógrafo desconhecido, arquivo ICIB-Casa do Povo

Pedra Fundamental da Casa do Povo

Escrito em iídiche no painel acima do palco [...] Lembre-se dos seis milhões de judeus mortos

[...] Lembre-se de Treblinka, de Maydanek, Auschwitz, Buchenwald, Dachau, das câmeras de gás, dos fornos crematórios

Lembre-se 6 000 000

Foto: Arquivo Histórico Judaico Brasileiro

Lugares de consciência são, portanto, lugares de conflito no passado e também no presente. Um exemplo importante disso é o ponto onde Carlos Marighella foi morto em 1969 na Alameda Casa Branca nos Jardins, bairro elegante de São Paulo, após uma emboscada coordenada pela Polícia Militar. Tratava-se da principal liderança de oposição morta pela repressão,xdemocratização o local foi considerado estratégico por aqueles que lutaram contra a ditadura. Durante três décadas, a memória do local circulou apenas na lembrança dos grupos envolvidos e em fotografias que apareciam de vez em quando na imprensa.

Em 1999, 30 anos após o assassinato, após anos de luta de sua viúva Clara Scharf e de outros companheiros, foi inaugurado lo local um monumento de pedra bruta, com a inscrição: "Aqui tombou Carlos Marighella em 4/11/69, assassinado pela ditadura militar". Houve protestos de alguns vizinhos, por variados motivos: porque não gostaram de ver sua rua lembrada como local de assassinato, por medo de desvalorização imobiliária, e também por discordar de uma homenagem a um líder da luta armada. Menos de um ano após a instalação do memorial, o memorial foi vandalizado de forma premeditada. No lugar da inscrição foi colocada uma placa de mármore com os dizeres: "Aqui foi executado o assassino terrorista Carlos Marighella. Aqui a Justiça venceu". Segundo funcionários dos edifícios vizinhos, a placa teria sido afixada por um jovem casal.

Logo depois disso, e com a continuidade dos protestos da vizinhança, a pedra foi retirada pela Prefeitura. A situação gerou um movimento por parte dos defensores do memorial, que buscaram articular-se politicamente pela sua volta. Foram bem-sucedidos: em 2004, o Secretário Municipal da Cultura ordenou que a peça fosse recolocada no lugar, o que aconteceu na celebração de 35 anos da morte. Desde então, a pedra marca o local da morte do líder, mas a sua inscrição foi retirada e apenas os iniciados reconhecem seu significado.

O longo caminho de legitimação do Memorial da Resistência, as dificuldades de demarcação da sede do DOI-CODI e do local do assassinato de Marighella são emblemáticas. Ao contrário de países como a Argentina, a escolha do Brasil foi por um amplo perdão. A lei 6683/1979, promulgada ainda durante a ditadura, significou a anistia dos "crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política". Isso significou o fim de perseguições políticas aos opositores da ditadura, a possibilidade de retorno de exilados e de retomada de cargos públicos de funcionários cassados ou afastados de suas funções. Mas significou também, em grande medida, o perdão aos torturadores e às lideranças políticas dos militares. Exposto a um longo processo de "transição democrática" que foi em suas etapas iniciais gerido pelos próprios militares, o Brasil está ainda à espera de uma prestação de contas com o seu passado recente de perseguições e violação de direitos.

Iniciam-se projetos em alguns pontos. O casarão onde funcionou a Auditoria Militar, no bairro central da Bela Vista – local de julgamento de réus políticos durante a ditadura – foi concedido em 2013 à OAB e ao Núcleo de Preservação da Memória Política, uma das poucas organizações que tem como objeto a memória e a consciência sobre o período autoritário.

Vários locais estão ainda à espera de uma ocupação mais específica em termos de memória e consciência. A antiga sede da Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antonia, ficou fechada por décadas. Transformou-se em ativo centro cultural a partir dos anos 1990, mas é ainda quase inexplorado como local de consciência.

A dificuldade e lentidão no tratamento de lugares de memória do terrorismo de estado em São Paulo (e no Brasil) não é um fenômeno isolado. De uma forma geral, lugares de memória difícil tendem a ser ocultados na sociedade brasileira. O local onde existia uma das maiores favelas da cidade, em Cidade Jardim, foi evacuado na década de 1980 e transformado em um gramado, sem que qualquer traço da memória daquela ocupação exista atualmente. O Carandiru, gigantesca prisão situada no bairro de Santana, parcialmente desativada em 2002, recebeu um *make up* destinado a camuflar a trágica memória de privação de liberdade de milhares de pessoas, grande parte delas pobre, negra e habitante das periferias da cidade. O local onde ocorreu um dos maiores acidentes aéreos da história do Brasil em 2007 foi destinado a um memorial, que até hoje não foi viabilizado.

Desta forma, além das especificidades do processo de redemocratização no Brasil, identifico também algo ainda mais profundo e instalado em um território quase mítico: os brasileiros têm especial apreço para a representação da identidade e da cultura nacional a partir de chaves alegres e positivas. Os símbolos nacionais – samba, carnaval, futebol – já anunciam um povo que prefere se representar como alegre, receptivo. Diferente de outros países, em que a experiência de ditaduras atingiu fortemente o sentimento de nacionalidade, no Brasil ele permaneceu intacto. Há pouco espaço para problematizar episódios difíceis e tensos da história nacional no Brasil.

■

CASA DO POVO

60 ANOS

Bom Retiro mutante

por Sarah Feldman

I.

Situado entre o rio Tietê e a ferrovia, e resultado da urbanização de um conjunto de chácaras, o Bom Retiro vem sendo ocupado por sucessivos grupos de estrangeiros. Cada um estabelece, além de uma relação de trabalho com o bairro, uma relação de moradia, e nessa dupla inserção são construídas instituições sociais, culturais, políticas, religiosas. É um lugar onde há uma renovação cíclica de imigrantes, que se misturam aos brasileiros, e onde cada grupo imprime suas marcas materiais e simbólicas.

A presença de estrangeiros antecede o surgimento do Bom Retiro. Com a inauguração do primeiro jardim público de São Paulo – o Jardim Botânico, atual Jardim da Luz–, as chácaras passaram a ser utilizadas como retiro de fim de semana das elites. Algumas foram adquiridas por engenheiros que participaram da abertura da ferrovia e utilizadas como local de encontro da então comunidade inglesa que se instalava na cidade.

Portugueses e italianos ocuparam o bairro no fim do século XIX, e de 1900 a 1940 os italianos predominavam entre a população estrangeira. No início do século XX, os judeus passaram a ter presença destacada. Gregos, armênios e sírios também se instalaram no Bom Retiro ao longo desse século. Nos anos 1960 começavam a chegar os coreanos e, nas duas últimas décadas, um fluxo de imigração latino-americana – bolivianos, peruanos e, mais recentemente, paraguaios – marca presença no bairro.

Um componente fundamental da presença de estrangeiros no Bom Retiro é a proliferação de pequenos negócios por conta própria. Surgem no processo inicial de urbanização, em paralelo à ocupação do bairro por indústrias de grande porte. Tanto os portugueses (que participaram do trabalho fabril) como os italianos (que constituíram o maior contingente de mão de obra assalariada das indústrias que se instalaram no final do século XIX) desenvolveram outras atividades. Assim, grandes indústrias que se instalaram no bairro, como a Fábrica Anhaia, que em 1900 empregava 350 operários, a Cervejaria Germânia e as oficinas da Companhia Inglesa e da Ford, mesclaram-se a uma miríade de atividades econômicas bastante diversificadas - tecelagem, estamparia e vestuário, fábricas de calçados, fábricas de doces, licores, chapelaria, entre outras.

A partir do fim da década de 1920, a presença de negócios por conta própria ganhou contornos mais definidos, dando início a um novo ciclo. De 1928 a 1945, no contexto de afirmação da indústria paulista como centro dinâmico da economia nacional, o bairro se especializou e se consolidou como um centro de indústria e comércio de roupas feitas – e nesse processo os judeus são protagonistas.

Nessas quase duas décadas, o bairro passou por transformações em sua materialidade. Por um lado, em sintonia com a modernização e construção da imagem metropolitana do centro de São Paulo, iniciou-se um processo de verticalização, com edifícios residenciais de arquitetura moderna. Por outro, enquanto no Centro as obras geravam um grande número de demolições, com abertura e alargamento de avenidas, as transformações no Bom Retiro eram de outra escala e natureza.

Pequenas reformas ampliaram a presença de estabelecimentos comerciais nas edificações existentes, incorporando o trabalho ao espaço da moradia. Também foram ampliados cômodos, banheiros ou quartos, que multiplicaram os cortiços no bairro, em resposta à crise habitacional gerada pelas demolições do Centro e pelas possibilidades de despejos colocadas pela Lei do Inquilinato de 1942. Novas edificações de dois e três pavimentos que se espalharam pelo bairro associavam espaço de produção, comércio e habitação.

Ou seja, a adequação do bairro à atividade econômica que se organiza em seu território ocorre menos pela lógica demolição/reconstrução dominante na cidade e mais pela apropriação de estruturas físicas preexistentes. As transformações reforçam a associação de pequenos negócios por conta própria/estrangeiros que emerge no Bom Retiro desde os seus primórdios.

Mas se os pequenos negócios de portugueses e italianos no Bom Retiro se voltavam para provisão de alimentos, bebidas, serviços, provavelmente atendendo às demandas de cada grupo de estrangeiros, os negócios mobilizados pelos judeus revelam mudanças na forma de inserção de estrangeiros. Na indústria de confecções, a maior parte da força de trabalho também ocorre em pequenas empresas, o que favorece baixo capital para investimento. Diferentemente dos negócios alimentícios e serviços de marcenaria, sapataria etc., volta-se para o mercado aberto.

Ao contrário dos italianos, os judeus não se inseriram como trabalhadores assalariados. Iniciaram como mascates nas ruas do centro e do próprio bairro e, posteriormente, criaram seus próprios negócios, no ramo de vestuário, fabricando e comercializando roupas.

Os movimentos deste período serão sempre determinantes para os rumos do bairro.

CADERNO ESPECIAL

Foto: Mariana Lorenzi

2.

Bairro proletário, bairro fabril, bairro operário. Até a terceira década do século XX são esses os termos que aparecem nos estudos sobre a cidade de São Paulo para qualificar o bairro do Bom Retiro. Em 1940, um texto publicado na *Revista do Arquivo Municipal* pode ser considerado um divisor de águas na abordagem do bairro. "Enquistamentos Étnicos", de autoria de Olavo Egídio de Araújo, técnico de estatística do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo e assistente da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, revela que "uma concentração que se está delineando em São Paulo é a dos judeus nos distritos do Bom Retiro e de Santa Ifigênia (Bairro da Luz)".

O texto é fruto de uma pesquisa desenvolvida no contexto do Estado Novo e se alinha aos interesses e ao crescente controle da imigração do governo federal. om base em de um minucioso levantamento, quarteirão a quarteirão, Araújo elaborou uma cartografia do bairro: os judeus, juntamente com os russos, se concentram num conjunto de ruas – ao longo da José Paulino (antiga rua dos Imigrantes) e transversais. As roupas feitas, os artefatos de tecidos e as malharias se sobrepõem a essa ocupação e correspondem, segundo o autor, respectivamente a 39% e 15% das indústrias do bairro. Além da atividade econômica, Araújo destaca a presença de sinagogas, peixarias, filmes israelitas projetados no cinema do bairro, e a acentuada porcentagem de crianças israelitas que frequentam os grupos escolares.

Embora mostre, através da pesquisa de campo e de dados censitários, que múltiplas nacionalidades estavam presentes no bairro e que a população era majoritariamente de brasileiros, nos estudos sobre São Paulo, o Bom Retiro passa a ser identificado como bairro de israelitas ou bairro de judeus. E, reafirmando a relação detectada por Araújo, a identidade étnica vem sempre associada à atividade econômica.

Algumas décadas mais tarde, um Bom Retiro coreano passa a ser identificado. Como mostra Oswaldo Truzzi em "Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo"(2001), em meados dos anos 1970 os coreanos passam a se instalar nas atividades comerciais, e no ano de sua pesquisa era significativa a presença de seus filhos em colégios do bairro, enquanto já se mobilizavam para construir um grande colégio. A atribuição de identidade étnica ao Bom Retiro não se deve a uma predominância numérica, pois os judeus, assim como os coreanos, não chegaram a constituir a maioria da sua população moradora. Embora os italianos tenham se mantido, por décadas, como o maior grupo estrangeiro no bairro, e também tenham instalado seus negócios, suas escolas e associações culturais e recreativas, não há referencia na historiografia de São Paulo a um Bom Retiro italiano. Tampouco se deve a uma exclusiva localização dos dois grupos de estrangeiros, que se instalaram e continuam se instalando em outros bairros. Estabelecimentos de confecções de judeus estavam pulverizados por vários bairros da cidade, desde as primeiras décadas do século XX, assim como os de coreanos, a partir dos anos 1970. E não se trata, também, de um processo de conformação de um gueto.

O Bom Retiro se caracteriza pela presença de múltiplas atividades e grupos sociais em seu território: grandes indústrias e pequenos negócios por conta própria, diferentes grupos de estrangeiros, alta concentração de cortiços, intensa vida associativa, com clubes sociais, entidades sindicais, escolas, etc. Por meio de uma portaria do governador Ademar de Barros, em 1940 uma zona confinada de prostituição se instalou no bairro – não sem conflitos.

Foto: Mariana Lorenzi

3.

A identidade étnica mutante é a singularidade do Bom Retiro. Esta identidade – não referida em outros bairros da cidade de São Paulo tradicionalmente ocupados por grupos estrangeiros – se ancora na sólida armadura que se instala no bairro a partir do fim da década de 1920 pela ação concentrada dos imigrantes judeus.

Os judeus que se instalaram no Bom Retiro eram majoritariamente europeus do grupo cultural *askenazi*. Motivados pelas adversas condições políticas e econômicas e pela perseguição étnica, chegavam nos navios que partiam semanalmente do porto de Santos para os principais portos europeus transportando milhares de emigrantes na terceira classe.

Contavam com o suporte de uma ampla gama de instituições nacionais e internacionais, tanto para superar a crescente restrição da política brasileira aos imigrantes, sobretudo aos viajantes da terceira classe que se dirigiam às cidades, como para garantir sua permanência na vida urbana.

Na estrutura capilar do suporte aos recém-chegados judeus se inclui a criação, em 1928, da Sociedade Cooperativa de Crédito Popular do Bom Retiro. O número significativo de mascates e as necessidades de emancipação financeira dos comerciantes para quem trabalhavam foi um dos determinantes de sua criação voltada para empréstimos de pequenos créditos.

A inserção dos judeus no bairro revela a sintonia com as oportunidades que São Paulo oferecia e com as necessidades que a vida urbana colocava.

A partir da década de 1920, São Paulo estava na dianteira da produção nacional de tecidos. A produção de roupas estandardizadas, a venda da fábrica diretamente ao consumidor, as facilidades de vendas a crédito e estratégias de propaganda foram inovações introduzidas no Brasil para atender à demanda interna decorrente do crescimento acentuado da população – em especial à demanda das classes de menor renda.

É nesse contexto de modernização que os judeus criaram as bases sobre as quais o Bom Retiro se consolidou e se mantém como um centro de produção e vendas da indústria de confecções.

Até 1927, eram seis estabelecimentos de confecção no bairro, a maioria de italianos. Entre 1928 e 1945, eram mais de 300, e os não pertencentes a judeus não ultrapassam uma dezena. Dois terços dos negócios surgem entre 1932, quando os empréstimos da Cooperativa se regularizam, em 1945.

Por intermédios dos pequenos negócios familiares, nos quais o fabricante era também comerciante e a oficina era dependência da loja, o bairro passou a produzir e a vender roupas masculinas e femininas - *manteaux*, *tailleurs*, vestidos, paletós, *pullovers*, sobretudos, ternos, capas; roupas brancas: blusas, camisolas, pijamas, camisas, *peignoirs*, combinações, cuecas, *soutiens*, lençóis, fronhas; e roupas para crianças: ternninhos, vestidinhos, casaquinhos. Note-se que nos registros dos negócios os produtos são discriminados pelos termos franceses, revelando a forte influência da França no vestuário brasileiro.

Os judeus penetram em toda a cadeia produtiva. As confecções constituem cerca de 80% do total dos negócios instalados. Outro conjunto de estabelecimentos produz acessórios como guarda-chuvas, bonés, cintos, suspensórios, gravatas, cachecóis, lenços, bolsas, porta-níqueis. Um terceiro conjunto é constituído por venda de botões, fivelas, fechos e por oficinas que realizam trabalhos específicos como caseados em roupas e bordados em toalhas. A esse universo de produtos são agregados negócios voltados para embalagens de madeira e de papelão, para máquinas e acessórios para malharia e tecidos, assim como negócios de suporte à atividade comercial, como máquinas registradoras e oficinas gráficas que produzem impressos comerciais, cartões, rótulos e talões de notas fiscais.

Na segunda metade da década de 1930, a especialização do Bom Retiro já se evidenciava: em 1937, 25% das indústrias de roupas feitas, 16% das malharias e 24% das indústrias de chapéus e guarda-chuvas da capital estavam no Bom Retiro.

As indústrias de roupas e de acessórios que se concentram ao longo da rua José Paulino (antiga rua dos Imigrantes), na década de 1940 já se disseminam por quase todo o bairro, entremeadas pelos outros elementos da cadeia.

O bairro adquiriu autossuficiência quase total para desempenhar a produção e comercialização das roupas e acessórios, prescindindo apenas de indústrias de fiação e tecidos. O maior centro produtor de tecidos está neste momento no Brás, localizado a pequena distância e de fácil acesso.

O universo de trabalho que se constrói no Bom Retiro passa a lhe conferir uma identidade étnica. É a completude da cadeia de indústria e comércio de confecções instalada que permite que sua identidade seja mutante – que o bairro passe de bairro dos judeus a ser identificado como bairro de coreanos, independente destes grupos de estrangeiros constituírem ou não o maior contingente de sua população.

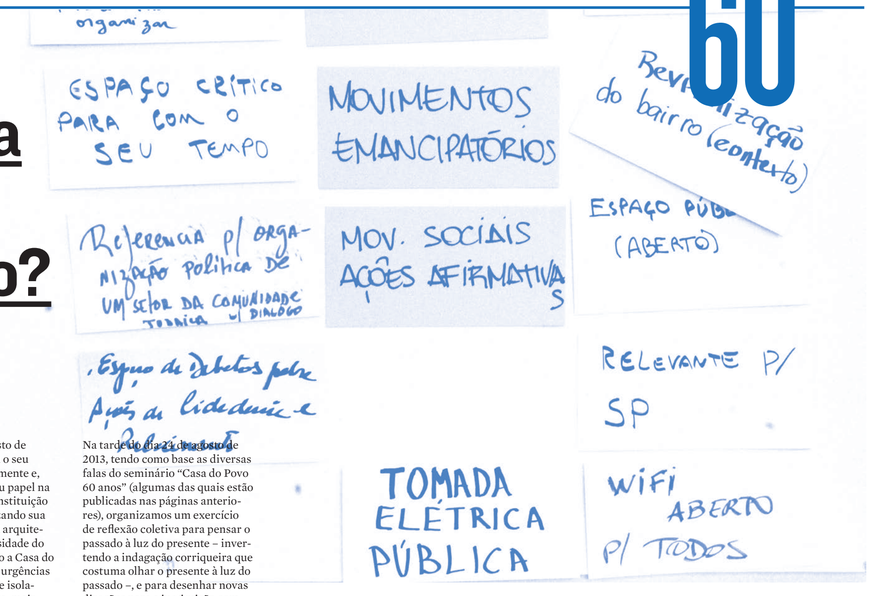
E é justamente por essa mutação que a atividade econômica permanece e o bairro do Bom Retiro se atualiza.

Sarah Feldman é professora e pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

CASA DO POVO

60 ANOS

Casa do Povo?



Relatório por Nossa Voz

De agosto de 1953 a agosto de 2013, a Casa do Povo viu o seu contexto mudar radicalmente e, consequentemente, o seu papel na cidade de São Paulo. A instituição soube se adaptar atualizando sua missão e adequando sua arquitetura aos usos e às necessidade do seu tempo. E hoje? Como a Casa do Povo pode responder às urgências atuais? Após uma fase de isolamento, a instituição volta, mais do que nunca, a ter uma profunda relevância na cidade de São Paulo. Mas que relevância é essa?

Na tarde do dia 23 de agosto de 2013, tendo como base as diversas falas do seminário "Casa do Povo 60 anos" (algumas das quais estão publicadas nas páginas anteriores), organizamos um exercício de reflexão coletiva para pensar o passado à luz do presente – invertendo a indagação corriqueira que costuma olhar o presente à luz do passado –, e para desenhar novas direções para a instituição com base na sua história.

Esse exercício de reflexão coletiva reuniu cerca de cem pessoas em uma oficina de planejamento estratégico coordenada pela urbanista Raquel Rolnik. O público se dividiu em três grupos. Cada um realizou uma visita guiada pela Casa do Povo. Em seguida, tentaram responder à mesma pergunta referente ao papel atual da instituição: que Casa do Povo queremos hoje?

A seguir apresentamos algumas das respostas de cada grupo.

Sala 1

O grupo insistiu na importância de pensar a Casa do Povo como um lugar aberto para que as pessoas pudessem se encontrar e como um espaço compartilhado que pudesse ser usado. Foi apontado ao mesmo tempo que é fundamental preservar as suas características como lugar de memória – memória da resistência e memória dos perseguidos. Como lugar de resistência, a instituição pode promover uma outra maneira de olhar para a cidade e de pensar o engajamento político.

Para esse grupo, a Casa do Povo tem que ser um centro cultural, ousado e experimental, um verdadeiro laboratório cultural que extrapola os limites disciplinares e de linguagens. Deve ser aberta ao bairro, à cidade, ao mundo e se firmar como espaço de diálogo engajado e de educação crítica.

Sala 2

A conversa foi se construindo ao redor de três eixos: como ativar a herança política da Casa do Povo hoje? Como preservar a cultura íídiche? Que tipo de espaço cultural queremos, e como mantê-lo?

Foi colocado que a Casa do Povo deve reafirmar seu papel crítico e humanista sem ser partidária. Deve ser um lugar aberto, acolhendo reuniões de bairro, disponibilizando wi-fi e tomadas públicas. Para preservar a sua história e as características da cultural íídiche, a Casa do Povo deve se firmar como lugar de troca, como espaço educacional e como catalizador cultural irradiador.

O grupo insistiu também na importância de se encontrar formas para viabilizar essas iniciativas, multiplicando parcerias com o poder público, com o bairro e com patrocinadores, tendo cautela para não abrir mão da sua independência.

Sala 3

A discussão desse grupo girou em torno da origem da Casa do Povo. Para eles, se a raiz da Casa do Povo se encontra na cultura íídiche, é importante pensar como o espaço pode funcionar hoje para atrair também as novas gerações, outras culturas e novos recursos com o intuito de dar continuidade às suas diversas tradições.

Foram levantados diversos desdobramentos entre os quais a possibilidade de pensar um projeto pedagógico organizado ao redor de debates, experimentos culturais e oficinas; a importância de fomentar novas práticas artísticas, apoiando grupos e projetos embrionários; ao mesmo tempo que se deve realizar um trabalho de memória enraizado tanto nas práticas culturais judaicas como na história da ação política da Casa do Povo.

Foto: Marília Senlle e Julia Feldens

VOZES DE NOSSA VOZ

Perguntas para Carlos Frydman

Foto Luiza Sigulem

Nossa Voz Carlos, você pode nos contar um pouco sobre sua história, e como a Casa do Povo e o jornal *Nossa Voz* surgiram na sua vida?

Carlos Frydman Eu nasci na Polônia em 1924, vim para o Brasil com 4 anos – eu, minha mãe e minha irmã. Nos radicamos primeiramente na cidade do Rio de Janeiro, depois de alguns anos moramos por um tempo no Rio Grande do Sul, e finalmente viemos para São Paulo. Aqui fiz a escola de Ciências Contábeis, fui aluno ouvinte da Escola de Sociologia Política, e me dediquei à militância política, seguindo os passos do meu pai. No meu engajamento político, viajei o Brasil, fui um dedicado revolucionário *fulltime*, cheguei até a sofrer algumas prisões.

Em 1959, fui para a China, onde fiquei por três anos. Lá fui locutor, tradutor e professor de português. Quando retornei, fui convidado a participar da União Brasileira de Escritores, da qual fui diretor durante quarenta e poucos anos. Lá, fundei, com outros dois escritores, o Mutirão Cultural da União Brasileira de Escritores[1].

Em relação à Casa do Povo, eu participei do Centro Cultura e Progresso, que foi a primeira fase do Instituto Cultural Israelita Brasileiro-Casa do Povo. Por conta disso, eu estivesse envolvido com o *Nossa Voz* desde o início, do qual fui revisor. Trabalhava com o Walter Pereira da Cruz, que não era judeu e tampouco falava iídiche, que era quem compunha o jornal inteiro através de uma fórmula. A gente fez uma coluna com o abecedário judaico e depois uma coluna com a letra correspondente ao abecedário brasileiro, e ele passava a noite inteira diagramando o jornal. Quando ele terminava, me chamava, na época eu morava perto da José Paulino e eu fazia a revisão. Então, pra mim, o *Nossa Voz* foi praticamente um procedimento do trabalho dentro do Cultura e Progresso.

NV Além do Walter Pereira da Cruz, quais outros personagens foram essenciais para a história do *Nossa Voz*?

CF Conheci no *Nossa Voz* duas pessoas muito importantes e que colaboraram muito para a minha formação. A primeira é Horácio Schechter, que era a consciência e o executivo mor de todos os números, ele fazia a publicação quase que de ponta a ponta. A outra pessoa que teve uma importância muito grande foi Israel Frebot, que era quem fazia a parte em português. Foi com ele que criamos um jornalzinho chamado *O Reflexo*, que a gente mandava junto com o *Nossa Voz* para alguns assinantes. Não era uma publicação de viés tão político quanto o *Nossa Voz*, porém teve uma importância cultural muito grande.

CF Pode-se dizer que o Frebot era a "cabeça" do *O Reflexo*, assim como o Horácio Schechter era a "cabeça" do *Nossa Voz*.

NV Qual você considera ter sido a maior contribuição do jornal *Nossa Voz* para a sociedade da época?

CF O *Nossa Voz* era um jornal de unidade nacional, atingiu quase todas as colônias judaicas, era muito respeitado, mesmo pela direita judaica, já que as matérias eram muito boas, e trazia um noticiário internacional de altíssima qualidade. No jornal eram retransmitidas as matérias essenciais do jornal iídiche Kulturfarband, que era uma federação da cultura judaica.

Por isso, quando se fala em *Nossa Voz*, temos a obrigação ética e moral de mencionar o Horácio Schechter, pois ele era o grande responsável por manter essa unidade no jornal. Ele exerceu uma militância política a vida toda, no Brasil, na Argentina, no Uruguai; chegou a ser interrogado pela ditadura civil-militar brasileira e foi um exilado político. O Schechter foi a alma e a consciência dos progressistas da língua iídiche. Eu considero que o *Nossa Voz* foi a publicação mais importante da comunidade judaica da época, em termos de política e de ideologia.

NV Depois que o *Nossa Voz* foi fechado, como a lacuna ideológica que ele representava foi preenchida?

CF Isso acabava acontecendo em forma de reuniões, secretas ou não, que aconteciam muitas vezes na Casa do Povo, que era o centro mais avançado da colônia progressista brasileira. Era lá que as pessoas que colaboravam com o jornal continuaram se encontrando, mesmo depois do fechamento da publicação. Algumas dessas pessoas foram perseguidas e deixaram de aparecer na Casa do Povo para não levantar suspeitas, já que sabiam que estavam sendo vigiadas. Minha mãe e meu pai faziam parte de uma atividade que se chamava Iídiche Kir, a cozinha popular, e minha mãe como militante política tinha a função de fornecer alimentos para os presos políticos.

NV Por que a Casa do Povo começou a perder seu papel de importância cultural e política a partir dos anos 1970?

CF Houve vários fatores que contribuíram para essa fuga. Os filhos dos antigos imigrantes que frequentavam a Casa do Povo cresceram, foram para a universidade deixando a atividade comercial, consequentemente se mudaram para bairros como Jardim Paulista, Cerqueira César e Higienópolis. Com isso o Bom Retiro deixou de ser um bairro judaico, deixando de ser o lugar de concentração dessa comunidade, e foi sendo ocupado pelos coreanos. Por isso considero o trabalho feito hoje na Casa do Povo, pela Hugueta e Marina Sendacz, e por outros, muito importante, pois é o prosseguimento daquilo que fizemos décadas atrás, estabelecendo uma união com o passado, além de dar uma unidade cultural ao Bom Retiro.

NV Como o senhor vê o papel do jornal e da Casa do Povo hoje em dia?

CF Ele mantêm vivo um passado muito importante, já que o jornal recebeu contribuições de intelectuais muito importantes como Mário Schenberg, Jacob Gorender, Jorge Amado, Antonio Ruaiz, e vários outros grandes nomes. Além de representar a continuidade de uma história, traz também a perspectiva de um trabalho de importância cultural e de conscientização, extrapolando seus limites de entidade. Fico muito contente em poder testemunhar essa continuidade, tantos anos depois, e meu conselho é que prossigam realizando esse importante trabalho.

Carlos Frydman é poeta e escritor. Membro da União Brasileira de Escritores, idealizou o Mutirão da União Brasileira de Escritores. Foi diretor da Casa do Povo entre 1968 e 1994, atualmente faz parte do conselho da instituição. Foi assíduo colaborador do jornal *Nossa Voz*.

FICHA TÉCNICA

Curadoria Benjamin Seroussi e Mariana Lorenzi

Produção Anamauê
Fotografia Luiza Sigulem e Camila Picolo
Projeto gráfico Estúdio Campo
Gráfica Meli-Melo e Performance
Revisão Alícia Toffani

Artistas e coletivos convidados Amilcar Packer, Bernardo Zabalaga, Beto Shwafaty, GIA Bahia, Kuki Shin e Bong Koo (Estudio Jaguenguein), Pedro Wirz e Voodoohop.

Comitê editorial Amilcar Packer, Bernardo Zabalaga, Benjamin Seroussi, Beto Shwafaty, Celso Curi, Daniel Lie, Estúdio Campo, GIA Bahia, Jairo Degenszajn, Kuki Shin e Bong Kooh (Estudio Jaguenguein), Lilian Starobinas, Luiza Sigulem, Marcos Azjemberg, Mariana Lorenzi, Michelle Gonçalves, Mila Zacharias, Nina Kunston, Pedro Wirz, Valéria Piccoli e Voodoohop.

Instituições parceiras Arquivo Histórico Municipal, FabLab, Oficina Cultural Oswald de Andrade, Pinacoteca do Estado de São Paulo e SESC Bom Retiro

jornalnossavoz.wordpress.com

Para ver as edições antigas do jornal acesse **www.memoria.bn.br**

ACONTECE NO BAIRRO

Casa do Povo

de 8 a 19 de abril

A Emparedada da Rua Nova

Direção: Eliana de Santana

O espetáculo *A Emparedada da rua Nova*, é inspirado em um romance homônimo de Carneiro Vilela, jornalista e romancista, que relata o caso de uma jovem que foi emparedada viva em seu próprio quarto, a mando de seu pai, para encobrira vergonha familiar e preservar-lhe a honra.

Quarta a domingo às 19h

Pinacoteca

até 29 de março

Cristiano Mascaro: Bom Retiro e Luz

Bom Retiro e Luz apresenta imagens encomendadas por Aracy Amaral, diretora da Pinacoteca entre 1975 e 1979, em um projeto com o objetivo de criar uma conexão com o entorno e trazer o bairro para dentro do museu. A coleção de fotografias da Pinacoteca nasceu no final da exposição de 1976, com a doação das 41 ampliações do artista Cristiano Mascaro para o museu.

Oficina Cultural Oswald de Andrade

de 12 de março a 16 de maio

Ocupação Acidental

Paralelo à apresentação do espetáculo "O que você realmente está fazendo é esperar o acidente acontecer" (estreia 12/3), a Cia Acidental de Teatro propõe o seminário "Ódio como afeto político" que contará com a participação de jornalistas, filósofos e teóricos como Jean Wyllys (14/3), Stephan Baumgärtel (21/3), Christian Dunker (28/3), Vladimir Safatle (11/4), Carla Rodrigues (18/4), Cynara Menezes (25/4) e André Dahmer (9/5). Mais informações em www.oficinasculturais.org.br

Produção:
anamauê

Parceiros:
PINACOTECA SÃO PAULO
POIESIS ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA
OC OFICINAS CULTURAIS

Realização:
CASA DO POVO

Projeto realizado com o apoio do **Proac**